



ANTES SÓ DO QUE MAL APROPRIADO (?)

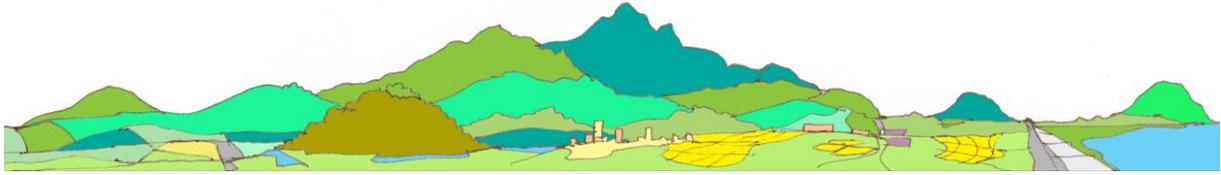
Felipe de Lima Gonzaga;

FIAMFAAM Centro Universitário; mestrando; São Paulo - SP; felipe.gonzaga@fiamfaam.br

RESUMO

Este trabalho é um breve relato sobre um acontecimento à Rua Xavier de Silveira, Copacabana, Rio de Janeiro, no ano de 2007. Este fato pretérito se fez razão para a pesquisa que se pretende desenvolver. Embora o recorte deste estudo esteja em Copacabana, tem-se a intenção de apontar, ao término da pesquisa, um levantamento a respeito da transformação da paisagem entre os anos de 1975 e 2015, no bairro vizinho, Ipanema. Tais transformações foram ocorridas devido a permissionários – ente eles restaurantes e condomínios – que se beneficiam do Decreto nº 29.881, de 18 de setembro de 2008 e Decreto 322 de 03 de março de 1976, artigos 201 a 207, que permitem a utilização de áreas públicas para o exercício de atividades econômicas por meio do recolhimento da TUAP (Taxa de Uso de Área Pública), gerenciada pelo SILFAE (Sistema Integrado de Licenciamento e Fiscalização das Atividades Econômicas). Estes decretos permitem a colocação de mesas e cadeiras e outros mobiliários sobre as calçadas e, permitem ainda, que condomínios instalem grades de proteção desde que respeitem o PAA (Plano de Alinhamento e Arruamento), quando existente para o logradouro em questão. O objetivo é elucidar que a legislação quando cria instrumentos que tornem regulamentadas aquiescências como estas podem causar graves prejuízos a configuração urbana das vias públicas.

Palavras-chave: Transformações; Paisagem; Áreas Públicas; Legislação;



BETTER ALONE THAN IN BAD APPROPRIATION

ABSTRACT

This work is a brief account of an event to Xavier de Silveira Street, Copacabana, Rio de Janeiro, in 2007. This past fact became reason for the search to be developed. Although the approach of this study is in Copacabana, intention to have it to point at the end of the survey, a survey about the landscape transformation between the years 1975 and 2015, in the neighboring district Ipanema. Such transformations were occurring due to licensees - they being restaurants and condominiums - which benefit from Decree No. 29881 of 18 September 2008 and Decree 322 of March 3, 1976, articles 201-207, which allow the use of areas public for the exercise of economic activities through the payment of TUAP (Use Rate Public Area), managed by SILFAE (Integrated Licensing and Inspection of Economic Activities). These decrees allow the placement of tables and chairs and other furniture on the sidewalks and allow further that condominiums install guardrails provided they comply with PAA (Alignment Plan and street layout), if any for the street in question. The goal is to elucidate the law when you create instruments that make regulated acquiescence as these can cause serious damage to urban configuration of public roads.

Key-words: *Transformations; Landscape; Public Areas; Legislation;*



UM BREVE RELATO

Esta história se dá entre cinco personagens, são eles: Luci, a vendedora de água de coco; Manoel, o dono da banca de jornal; Criaca, a síndica do prédio em frente a banca de Manuel e o carrinho de coco da Luci; O Caranguejo, o restaurante no térreo do prédio onde Criaca é síndica; e, O Comprador, futuro de amigo de Luci.

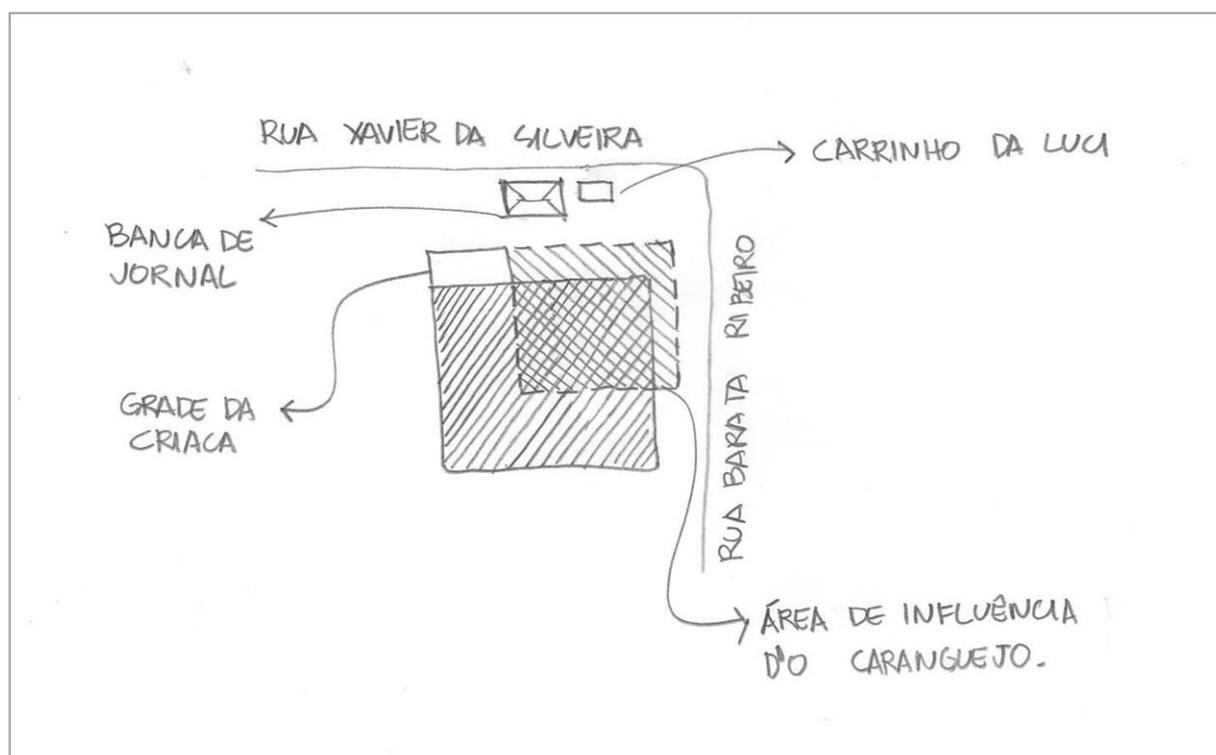
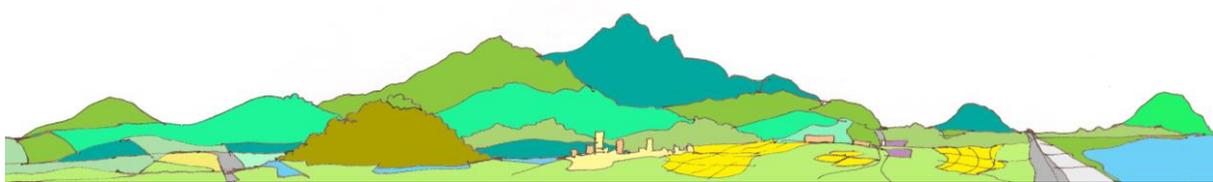


Figura 1: Conformação do cenário. Fonte: croqui do autor. Ano: 2015.

Tudo se passa em um trecho de calçada com pouco mais de 100m². Originalmente, na calçada existia o acesso ao prédio, e depois a banca de jornal, e depois o restaurante, e depois o carrinho de água de coco, e então chegou o comprador e futuro amigo de Luci. Diariamente o rapaz chegava, pedia água de coco, agradecia, pagava e ia embora bebendo pelo caminho. Até que um dia Luci, a vendedora, não estava mais lá, passou-se um dia, dois dias, três dias e nada do carrinho do coco reaparecer. Na semana seguinte, quando finalmente a dona e seu carrinho reapareceram o rapaz então perguntou – Você estava doente? – Luci respondeu com uma expressão de tristeza que não, ela não havia ficado doente. O ocorrido fora mais grave. Luci não tinha licença para trabalhar naquele ou em qualquer outro ponto da rua e havia sofrido ameaças da síndica do prédio, avisando que se ela não saísse daquele



ponto, ela a denunciaria a prefeitura, pois foi feito. Como Luci era uma pessoa muito amigável, antes da fiscalização cumprir suas obrigações, ela teve uma tolerância e uma orientação sobre o que deveria ser feito caso ela quisesse continuar trabalhando naquele local. Luci havia passado dias a fio na prefeitura tentando conseguir uma licença. Para sorte dela e azar da síndica, a prefeitura estava em fase de cadastramento para novas licenças, Luci deu entrada no pedido com seus dados e com os dados do seu irmão, portador de deficiência visual, pois ele tinha preferência na concessão. Analisados os pedidos, os dois foram contemplados. O cliente, e a esta altura do campeonato já torcedor e amigo de Luci, ficou feliz com o desfecho da história. Atualmente convivem bem neste pequeno pedaço de calçada, Luci, seu carrinho, seu cliente o restaurante e o acesso ao prédio.

SUBTEXTO

Paralelamente ao relato acima mencionado, haviam outras questões, não importantes no sentido da dramaturgia, entretanto, extremamente significativas quando se intenciona fazer dela o ponto de partida para uma análise da paisagem. No mesmo período que tudo aconteceu, inaugurava também a Estação Cantagalo do **metrô**. A esquina que tem uma das saídas de passageiros é vizinha à esquina onde se passa a narrativa (**Figura 2**), sendo esta **passagem para muitos dos usuários** do transporte e o principal **caminho para se chegar à praia**, diga-se de passagem, uma das mais conhecidas no mundo.



Figura 2: Cruzamento da Rua Xavier da Silveira com Rua Barata Ribeiro. Destaque em vermelho: esquina estudada. Trecho em amarelo: saída do metrô. Fonte: googlemaps.com. Ano: 2015.

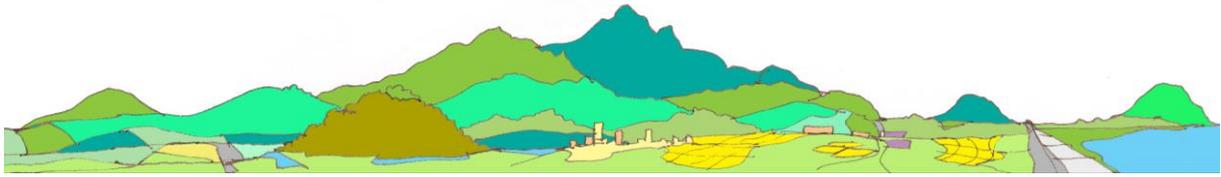


Há também outros fatos ocultos: o primeiro deles é a existência de uma grade, autorizada pela prefeitura, que cerca o mencionado acesso ao prédio da senhora Criaca. O motivo pelo qual a Sra. Criaca conseguiu uma autorização para colocar a **grade na calçada**, foi devido ao restaurante ter, também regulamentado, o direito de usar o espaço público para o exercício de suas atividades, competindo a esse uso a colocação de **mesas e cadeiras sobre o passeio** já estreitado pelas grades do condomínio. Não se pode esquecer que neste trecho, junto a estas mesas e cadeiras e grades havia, antes de tudo isto, a **banca de jornal**, também regulamentada pela prefeitura. E agora, somavam-se a este cenário, Luci, seu **carrinho de água de coco**. Seu **cliente** e agora amigo, que deixa de ser um simples passante com parada rápida e passa a ser um ocupante do local por um período de permanência maior, e a única **árvore**, que não havia aparecido na história.

Impressiona como um trecho muito pequeno do espaço público pode comportar tantos conflitos entre tantos agentes. É ainda mais tocante pensar que estes conflitos são resultados lícitos e regulamentados por um mesmo órgão – a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Entender a cidade e todas as suas complexidades de forma direta, talvez não seja o melhor dos caminhos. Estas duas simples narrativas – texto e subtexto – tem quase o mesmo tamanho. A importância de cada uma delas se perde e oscila dependendo da ótica que se pretende analisar. Não gratuitamente, este trabalho utiliza-se de termos empregados no teatro, como cenografia, personagens, dramaturgia, subtexto, narrativa. O objetivo principal das pesquisas de Stanislavski era a busca da verossimilhança. Para ele, para captar a atenção do espectador é necessário fazê-lo acreditar naquilo que é vivido na cena. É preciso criar uma ilusão de realidade. A realidade aplicada a cena não deve ser a do ator, mas sim a do personagem por ele interpretado. É a memória afetiva o canal capaz de guiar a memória pessoal do ator a encontrar as emoções do personagem. Para Stanislavski, o ator deve ser realmente capaz de despertar e vivenciar emoções genuínas em cena, para sensibilizar o público e expressar a vida do espírito humano.

É preciso [...] saber como dar a esses momentos, tirados do texto do autor, uma base viva e motivação interior. Em suma, deve-se subordinar o texto do papel não ao traçado externo, mas ao traçado interno do desenvolvimento da paixão determinada, tem-se de



encontrar o lugar certo – no encadeamento de paixões - para cada instante do papel. (STANISLAVSKI, 1984, p. 89)

Se o ator está para o personagem assim como o homem – o ator urbano – está para a cidade, então devem os arquitetos e urbanistas estar para seus projetos como o autor está para o texto. O subtexto não é dito, mas ele pode ser escrito – projetado – para que a leitura correta de seu propósito seja feita. Pensar uma cidade, ou um pequeno trecho dela, está diretamente relacionado ao uso que se presente dar a este espaço. O levantamento de relatos, pode ser utilizado como diagnóstico, devendo ser considerando antes da fase de projeto, visto que conhecendo o usuário, pode-se criar um projeto de acordo com a realidade daquele determinado local e daquelas determinadas pessoas. Há de se tomar cuidado com o que se entende como “projeto participativo”, aqui é levantada a questão de como um órgão pode regulamentar situações – em um mesmo limite de território – que sejam incompatíveis entre si. Deve-se levar em conta que as frentes de trabalho – sejam elas municipais, estaduais ou federais – podem não ter contingente o bastante para atender as demandas diárias que surgem no perímetro urbano. Ainda utilizando um comparativo entre a vida urbana e uma realidade criada nos palcos, será considerada definição de “Método da Análise Ativa”:

Em que consiste o “Método da Análise Ativa”? Como diz o próprio termo, é uma maneira de analisar o material dramático: analisá-lo em ação, ou seja, procurar compreender a obra dramática através da ação praticada pelos intérpretes na base de conhecimentos superficiais da peça, e não na base de longos estudos cerebrais. (KUSNET, 1971, p. 21)

Os órgãos que normatizam e regulam a cidade podem não ter condições de avaliar profundamente cada caso que precise de solução, porém se faz necessária uma análise mínima a respeito daquilo que será regulamentado. Entende-se, por hora, que a motivação para tantas liberações se dá devido a contrapartida financeira que a utilização do espaço público para fins particulares traz para o administrativo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito da pergunta em forma de alusão ao dito popular “antes só do que mal acompanhado”, pode se dizer se dizer, por hora, que não. Não seria melhor um espaço público ser isolado do todo – ser isolado do sistema de espaços livres – para ficar sem uso, ou ainda, que tenha seu aproveitamento subutilizado em prol de uma minoria.

No caso das grades do condomínio sito à rua Xavier da Silveira, fica a indagação feita Marcelo Falcão, vocalista da banda *O Rappa*: “as grades do condomínio são pra trazer proteção, mas também trazem a dúvida se é você que tá nessa prisão”. Se a cidade é o reflexo da verdade, logo, na atual configuração a cidade é a dúvida afirmada na música *Minha Alma*.

O caso de Copacabana foi escolhido, pois levanta diversas questões em um único trecho muito pequeno de calçada que não ocupa sequer a metade de uma quadra. Porém, pensando em uma unidade de paisagem contínua, Ipanema se apresenta de forma contrária. Atualmente, são poucos os espaços – que deveriam ser livres – que não tem grades. Caminhando pelo bairro, nota-se alguns exemplares que ainda não foram dominados pela necessidade de “proteção”, como o número 34 da rua Alberto de Campos (**Figura 3**), o número 115 da rua Saddock de Sá e seus vizinhos (**Figura 4**), ou o último edifício de esquina, sem grades, da rua Vinícius de Moraes (**Figura 5**).



Figura 3: Edifício à rua Alberto de Campos e seus vizinhos cercados. O espaço privado de uso público é praticamente inexistente, não fosse por estas exceções. Fonte: <https://www.google.com.br>. Ano: 2015.

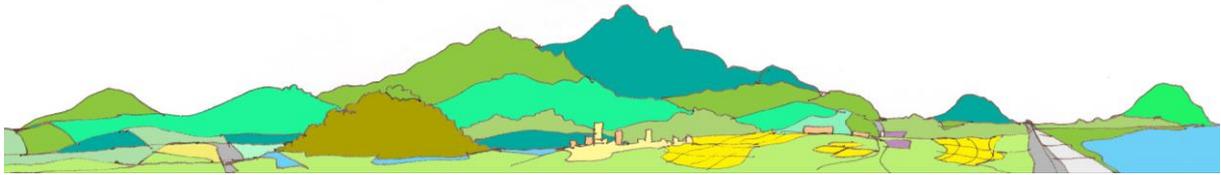


Figura 4: Edifícios à rua Saddock de Sá ainda sem fechamento no alinhamento do terreno.

Fonte: <https://www.google.com.br>. Ano: 2015.



Figura 5: Edifício no cruzamento das ruas Alberto de Campos e Vinícius de Moraes; ausência de gradil gera um passeio mais generoso e dá maior sensação de segurança. Fonte: <https://www.google.com.br>. Ano: 2015.

Em Ipanema, algumas edificações construíram apenas parte do fechamento, no acesso de pedestres (**Figura 6**), posto que o valor trimestral a ser pago por este “direito” é calculado por metro quadrado de área pública ocupada.



Figura 6: Edifício com acesso de pedestres gradeado na rua Alberto de Campos.

Fonte: <https://www.google.com.br>. Ano: 2015.



Enquanto que nas ruas mais movimentadas, a maior parte dos edifícios são gradeados (**Figura 7**), apresentando variações de alinhamento e consequentemente, variações de largura da via.



Figura 7: Rua Barão da Torre. Apenas trecho destacado em amarelo tem a largura da calçada maior.

Fonte: <https://www.google.com.br>. Ano: 2015.

Os espaços públicos residuais – ou sobreviventes – não são, ou são pouco utilizados porque perderam a continuidade devido às grades. Se o subtexto da cidade faz com que ela se mostre frágil, insegura, com a necessidade de proteção, é assim que a sociedade a irá perceber. Acredita-se que se, a exemplo das praças do Rio de Janeiro, que tiveram suas cercas removidas, os condomínios de Ipanema eliminassem seus gradis poderia haver uma redução de conflitos. Com a queda das grades, minimiza-se a sensação de insegurança, pois o que não é protegido é porque seguro está.

O desenvolvimento desta pesquisa pretende quantificar qual o valor que deixaria de ser arrecadado se a prefeitura retirasse todas essas permissões e quanto deste valor poderia ser recuperado na redução de gastos com vigilância pública.



REFERÊNCIAS

STANISLAVSKI, Konstantin. A criação do papel. Trad. Pontes de Paula Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

KUSNET, Eugenio. Introdução ao método da ação inconsciente. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado, 1971.